

Crônica de um debate

Chronicle of a Debate

Monica Duarte Dantas

Professora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

Resumo

O presente texto apresenta um breve histórico da "descoberta" do trabalho inédito de Guillermo Palácios sobre a "Guerra dos Marimbondos". Por meio dessa narrativa, busca colocar em discussão algumas das questões colocadas pela historiografia acerca dos movimentos populares. Por fim, faz um breve apanhado do debate proposto pelas historiadoras Hebe Maria Mattos e Maria Luiza Ferreira de Oliveira, ressaltando novas perspectivas de investigação sobre os homens livres pobres no Império brasileiro.

Abstract

This short text tells, briefly, the history of the "discovery" of Guillermo Palacios' unpublished paper about the "War of the Hornets". By doing so, it also discusses some historiographical challenges concerning the history of popular movements. The text summarizes the debate posed by Hebe Maria Mattos' and Maria Luiza Ferreura de Oliveira' comments on Palacios' paper, highlighting new perspectives concerning the history of the poor free people in the Brazilian Empire.

Palavras-chave

homens livres pobres, revoltas / rebelião, Império do Brasil, historiografia

Keywords

poor free people, uprising / rebellion, Brazilian Empire, historiography

Guillermo Palacios, em seu texto "Revoltas camponesas no Brasil escravista: a 'Guerra dos Maribondos' (Pernambuco, 1851-1852)", destaca que esse movimento popular, sem grandes líderes (ou líderes conhecidos) e que assolou diversas comarcas de Pernambuco nos idos de 1851-1852, foi retratado, na época, como uma revolta instada por antigos praiheiros, versão que tirou da "história – e da historiografia – do Brasil" os sublevados como agentes do movimento, despojando-os de sua autonomia e mesmo de sua capacidade de dizer "não". Curiosamente, esse texto escrito em 1984 e que de maneira originalíssima resgatava "um pálido não-acontecimento para os seletivos olhos da historiografia nacional", permaneceu ele mesmo, por mais de 20 anos, escondido dos olhares dos historiadores e interessados em geral.

Como a produção historiográfica também tem sua história, vale a pena contar um pouco como chegou a nós a existência desse texto, tão inovador na época como ainda hoje, possibilitando o rico debate proposto pelas historiadoras Hebe Maria Mattos e Maria Luiza Ferreira de Oliveira. A história da descoberta do texto de Palacios começou 3 anos atrás, quando eu e Maria Luiza Oliveira nos propusemos a escrever um pequeno fascículo didático para alunos de 2º grau sobre o Brasil do século XIX, não centrado nos grandes acontecimentos políticos e sim na experiência da população livre pobre, liberta e escrava durante o Império¹. O tema das revoltas, em um fascículo desse teor, tinha, portanto, espaço central. O problema para nós era, contudo, encontrar livros, teses e artigos que embasassem a redação. Ainda que, desde a década de 1980, um certo número de historiadores tenha voltado seus olhos para a vivência das populações livres pobres no Brasil (a franca maioria da população no oitocentos), parte da produção existente sobre revoltas, insurreições e revoluções no período continuava a privilegiar abordagens que não tinham na atuação e nos interesses da população sublevada seu foco central, sofrendo de um mal que Palacios critica diretamente em seu texto, ou seja, da teoria da manipulação pela elite.

Se, acerca da atuação dos homens livres pobres e libertos, foram encontradas obras dedicadas ao estudo de outros movimentos, como a Guerra dos Cabanos, a Sabinada, a Balaiada, o motim da "Carne sem osso, farinha sem caroço", a Revolta do Vintém, sobre a "Guerra dos Maribondos" (ou como foi também conhecida, a revolta do "Ronco da Abelha") – a parte alguns escritos mais antigos – havia tão somente um capítulo de Hamilton de Matos Monteiro, em seu livro *Crise agrária e luta de classes: o nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*². O capítulo de Monteiro instigava a curiosidade do leitor, mas deixava ainda um grande espaço a ser preenchido no que tange à atuação e motivações da população, até porque o autor terminava por concordar com a teoria da manipulação dos praiheiros no movimento.

A busca por textos sobre as revoltas do oitocentos continuou, nos dois anos seguintes, em função da seleção de bibliografia para a disciplina de Brasil Independente I, para o curso de História da Universidade de São Paulo. Foi encontrada, então, uma referência, em uma nota de rodapé, à existência de um texto de Palacios sobre a referida revolta; texto inédito, lido pelo autor do artigo em cópia mimeografada. O livro de Palacios, *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud em Brasil em la época de la Revolución Industrial*, bem como seu artigo "Messianismo e expro-

1

DANTAS, Monica Duarte e OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, *Brava gente brasileira: homens livres pobres, libertos e escravos no Brasil do século XIX*. São Paulo, Escolas Associadas, 2003.

2

CARVALHO, Marcus, *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*, tese de doutorado apresentada à Universidade de Illinois (Urbana-Champaign), 1989; KRAAY, Hendrik, "As Terrifying as Unexpected": The Bahian Sabinada, 1837-1838". *Hispanic American Historical Review*, 72:4, novembro de 1992; MORTON, F. W. O., *The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790-1840*, tese de doutorado apresentada à Universidade de Oxford, 1974; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, *De caboclos a bem-te-vis. Homens livres e escravos no Maranhão imperial*, 2004 (obra inédita – originalmente tese de doutorado apresentada à Universidade Livre de Berlim); ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, "Elite politics and popular rebellion in the construction of post-colonial order. The case of Maranhão, Brazil (1820-41)". *Journal of Latin American Studies*, v. 31, fevereiro de 1999; REIS, João José e AGUIAR, Márcia G. D. de. "Carne sem osso e farinha sem caroço": o motim de 1858 contra a carestia na Bahia", *Revista de História*, no. 135, 2o. semestre de 1996; GRAHAM, Sandra Lauderdale. "O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880", *Revista Brasileira de História*, v. 10, n. 20, março-agosto, 1991; MONTEIRO, Hamilton de Mattos, *Crise agrária e luta de classes: o nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*, Brasília, Horizonte, 1980.

3

PALACIOS, Guillermo. Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud em Brasil em la época de la Revolución industrial. México, El Colegio de México/Fondo de Cultura, 1998; idem, "Messianismo e expropriação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador, Pernambuco, 1820", Revista de

História, no. 147, 2o semestre de 2002.

4

PALACIOS, Guillermo, "Revoltas camponesas no Brasil escravista: a 'Guerra dos Maribondos' (Pernambuco, 1851-1852)", Revista Almanack

priação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantando do Rodeador: Pernambuco, 1820", tornavam imperativa a leitura de seu texto inédito sobre a "Guerra dos Maribondos"³. Ainda que seu conteúdo específico não fosse conhecido, a abordagem apresentada por Palacios em relação às populações livres e pobres (nas duas obras acima citadas), prometia uma interpretação diferenciada daquela que até então existia sobre esse movimento.

A nota de rodapé indicava que o texto estava depositado no que parecia ser a biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contudo, nem com o auxílio de colegas historiadores daquela universidade foi possível localizá-lo. Restou então, entrar em contato com o próprio autor, que, por sua vez, surpreendeu-se com o e-mail de uma brasileira pedindo uma cópia daquele texto nunca publicado e perdido nos idos da década de 1980. Nem Palacios possuía mais um exemplar de seu próprio texto. A única versão existente encontrava-se na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde ele fora professor. Aquela cópia foi xerocada, mandada para ele no México, que, depois de digitalizá-la, enviou-a então por e-mail.

A leitura de seu trabalho sobre os "Maribondos" confirmou a intuição original. Tratava-se de pesquisa inédita que apontava, já há 20 anos, para uma visão radicalmente diferente da revolta. Visão que tinha implicações maiores, uma vez que encaminhava também para uma releitura da inserção da população livre e pobre no Império. Não mais uma revolta manipulada pelas elites, mas, ainda por cima, um movimento que demonstrava o quanto aqueles homens e mulheres, vistos normalmente como "embrutecidos pela ignorância e pelo isolamento", podiam ter conhecimento do quadro sócio-econômico maior em que se inseriam e do futuro que tal inserção poderia lhes reservar (no caso, a quase coincidência cronológica entre os decretos que previam a implementação do Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e do primeiro censo geral do Império e a abolição do tráfico africano). Entre as razões alardeadas para a revolta estava justamente a possibilidade de tais decretos visarem à escravização dos livres "visto que os Ingleses não deixam mais entrar africanos"⁴.

Palacios recuperava, então, todo o histórico da revolta, seus envolvidos, suas motivações e demandas, bem como a reação de uma elite atônita ante uma "insurreição popular – nem de senhores nem de escravos – dotada de causas próprias, de reivindicações específicas, e revestida de uma virulência que transpunha todos os limites de comportamento social e político dos segmentos subalternos da sociedade escravista" – e que, além de tudo, foi vitoriosa, uma vez que os referidos decretos foram suspensos pelo governo. Para o autor, tratava-se de um movimento que, de fato, estava alheio às vontades das elites pernambucanas. Uma sublevação que dialogava diretamente com as vivências cotidianas de uma população que lutava por manter sua liberdade, mesmo na pobreza, e que se levantava contra a intervenção do Estado na vida familiar (intervenção essa que se fazia sentir por uma série de leis, decretos e regulamentos, como a Lei de Terras e o regulamento sobre o recrutamento para a Guarda Nacional). Movimento que não só não foi manipulado pela elite, como também quebrava barreiras de cor ou mesmo de base econômica de subsistência, juntando "brancos", mulatos, pardos, entre outros, roceiros independentes da região norte da província e agregados de grandes senhores de engenho. Enfim, uma revolta camponesa.

Não mais homens e mulheres destituídos de qualquer capacidade de ação autônoma, simples joguetes nas mãos dos grupos no poder; nem clientes, cuja atuação e envolvimento em contestações e sublevações advinham única e exclusivamente da vontade de grandes proprietários; ou simplesmente sertanejos ignorantes isolados do mundo em sua pobreza. Nada mais próprio para uma discussão ampliada acerca dos movimentos populares e da condição de vida de homens livres pobres no Império, tema cada dia mais caro à historiografia contemporânea. Assim, com a concordância do autor do texto "desaparecido", resolveu-se trazer à luz o ensaio de 1984 e colocá-lo em discussão, confrontando suas novidades e asserções com o que foi produzido pela historiografia nos últimos anos.

Hebe Maria Mattos, ao dialogar com o texto de Palácios, centra sua discussão em dois pontos⁵. Em primeiro lugar, questiona o uso do termo *camponês* para designar a população sublevada e, assim, a caracterização do movimento como uma revolta camponesa. Tal discussão mostra-se fundamental considerando a produção historiográfica dos últimos anos que demonstrou, por um lado, a mobilidade espacial que caracterizava essas populações, bem como o acesso de roceiros ao trabalho escravo – o que seria contrário à sua percepção como camponeses –, mas, por outro, também ressaltou a valorização do trabalho familiar entre esses grupos, o acesso à terra e o elevado grau de autonomia desses homens – o que tenderia a corroborar uma visão que os percebe como camponeses. Além dessa discussão, a historiadora coloca em questão também a suposta oposição entre o caráter classista e *camponês* do movimento e sua percepção, veiculada na época, como uma revolta dos "homens de cor" insuflados por idéias liberais. Isso não implica concordar com qualquer interpretação dos revoltosos como massa de manobra de grupos de elite, mas, ao contrário, perceber de que maneira um ideário liberal que preconizava a defesa da liberdade civil contra o poder do Estado foi incorporado pela população. Nesse sentido Hebe Mattos coloca a discussão, tão atual, da luta pela cidadania, defendendo que a revolta contra a lei do cativo foi uma manifestação da defesa da igualdade entre cidadãos livres, o que implicava, então, o silenciamento sobre a cor.

Maria Luiza de Oliveira também centra a discussão em dois pontos⁶. Primeiramente, questiona o recorte espacial e temporal atribuído por Guillermo Palacios à revolta. Para o autor, o entendimento da guerra como uma revolta camponesa vem, em grande parte, da maior duração e intensidade do movimento na região da mata seca, local de decadência da produção algodoeira e expansão da plantação canavieira, o que implicava não só a perda de condições de sobrevivência autônoma da população livre e pobre, mas também maior pressão para que esses grupos fossem incorporados às *plantations*. Ao destacar que outras regiões da província tiveram dinâmicas semelhantes, a historiadora questiona justamente a possibilidade de se considerar o conjunto dos insurretos como camponeses, formados e informados pelas mesmas condições sócio-econômicas. Para além desse ponto, Maria Luiza Oliveira centra sua discussão na vitória do movimento, ou seja, na capitulação do governo central. Frente à derrota dos Praieiros, evento que marcou o fim de um sem número de dissensões violentas entre a elite, e do esforço para implementar medidas tão difíceis quanto a abolição do tráfico africano e a Lei de Terras (algumas vitoriosas, outras não), o gabinete da ordem teria preferido suspender os decretos a arriscar, mediante uma guerra, todo um programa político que pretendia implementar. Tal

Braziliense, n. 3, maio de 2006.

5

MATTOS, Hebe Maria, Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da Guerra dos Marimbondos em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palácios, Revista Almanack Braziliense, n. 3,

maio de 2006.

6

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, "Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da 'lei do cativo' (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852)", Revista Almanack Braziliense, n. 3, maio de

constatação, segundo ela, não é, contudo, suficiente para explicar a vitória e, mais ainda, a ausência de uma repressão violenta (tão comum em outros movimentos). Há que se saber a quem de fato interessava os decretos, uma vez que o censo, por exemplo, poderia expor a existência de escravos entrados ilegalmente entre 1831 e 1850, bem como tornar acessível às autoridades o número de livres pobres e libertos existentes na província, dificultando, para os potentados, a manutenção de currais eleitorais fictícios ou a exclusão de possíveis agregados do recrutamento.

As inovações propostas por Palacios em seu texto em 1984 continuam, portanto, bastante atuais, abrindo espaço para discussões que vão da luta pela cidadania entre as populações pobres, passando pelos interesses do gabinete Saquarema, até o posicionamento da elite frente às leis "modernizantes" da década de 1850. As populações livres pobres não foram as únicas a se contrapor à plethora de leis e decretos da década de 1850; como se sabe, a Lei de Terras teve nos grandes proprietários os maiores opositores à sua implementação – aqueles que, supostamente, deveriam ser os maiores beneficiados. Mas além dessa constatação, é interessante pensar que esses mesmos homens livres pobres podiam se comportar diferentemente frente a tal ou qual lei ou decreto. Se o censo e o registro civil eram inaceitáveis, a Lei de Terras, por outro lado (tão hedionda a grandes segmentos da elite), poderia lhes facultar, como mostrou Márcia Motta, uma possibilidade de legalização de suas posses⁷.

Assim, tanto quanto a historiografia, em relação aos grupos econômica ou politicamente mais fortes, vem rompendo com visões sistêmicas, privilegiando, ao contrário, a leitura dos interesses e da formação de consensos e alianças entre os grupos de maneira a permitir um melhor entendimento do complexo processo de formação e consolidação do Estado e da nação brasileiros; os textos ora apresentados na revista demonstram que, para a compreensão da história dos homens e mulheres livres e pobres no Império, é necessário tomá-los como agentes, capazes de se organizar, formar laços horizontais, lutar por formas de vida (preservando uma ordem anterior ou pleiteando novos direitos) e, acima de tudo, com condições (mais ou menos conscientes) de se integrar em uma realidade mais ampla. Afinal, quando os "marimbondos" se sublevaram não só fazia pouco que os "inglezes" tinham acabado com o tráfico de africanos para o país, como o tráfico interno não havia ainda se estruturado, e já falavam os insurretos que o Sul queria escravizar os filhos do Norte.

2006.

7

MOTTA, Márcia Maria Menendes, *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.